

Cidades.

**Calorão
no final
de semana**

Um fenômeno chamado bolha de calor vai elevar as temperaturas a até 40°C nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e parte do Nordeste. *Página 7*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

REPORTAGEM ESPECIAL

TERCEIRA PONTE GOVERNO QUER NOVO ESTUDO NO CONTRATO

Consultoria inclui ainda a Cesan; custo supera R\$ 3,8 milhões

/// **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

O governo do Estado quer contratar duas consultorias para fazer a avaliação do equilíbrio econômico e financeiro de duas concessionárias: Cesan, responsável pelo saneamento e abastecimento de água em 52 municípios, e Rodosol, que administra a Terceira Ponte e os 67,5 quilômetros da Rodovia do Sol. O valor a ser pago às empresas supera os R\$ 3,8 milhões.

Para a análise do contrato da Rodosol foi indicada a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que apresentou preço de R\$ 810 mil, mas outras empresas estão sendo consideradas. “Ela possui ‘expertise’ e já conhece o contrato”, destacou o diretor da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), Luiz Paulo de Figueiredo. Ele se refere ao fato de que em 2008 a FGV fez uma auditoria no mesmo contrato, pelo qual recebeu, na época, R\$ 550 mil.

METODOLOGIA

Segundo Figueiredo, o que está sendo proposto agora é um trabalho diferente, que vai estabelecer metodologias de cálculo a serem adotadas pela Arsi, e uma ferramenta que permita fazer as análises econômica e financeira. “Quero uma metodologia que não seja questionada, nem pela concessionária, e que a população tenha acesso, com clareza de detalhes, sobre o



CARLOS ALBERTO SILVA

Contrato com a Rodosol, que administra a Terceira Ponte, já passou por 17 intervenções e avaliações, incluindo quatro auditorias

que será feito”, destacou.

A necessidade de tal ferramenta surgiu, segundo Figueiredo, quando o Tribunal de Contas do Estado – que está fazendo uma auditoria no contrato da Rodosol – divulgou seu relatório preliminar, em abril deste ano. O documento apontou um desequilíbrio de R\$ 798,7 milhões, favorável à concessionária e em desfavor do governo.

Um análise anterior feita pela própria Arsi indicava que o desequilíbrio no contrato, também até 2012, era diferente. Levava em consideração dois cenários, em decorrência das ações judiciais por não concessão do reajuste do pedágio em 2008 e 2009. Se o governo vencesse as ações, a concessionária teria que devolver

HISTÓRICO

Alvo ▼ Mudanças

Se for aprovada, nova consultoria deverá ser a 18ª intervenção no contrato da concessionária Rodosol, assinado em 1998. Por trás delas estão suspeitas em relação as obras de expansão, e melhorias não realizadas e insatisfação com a cobrança do pedágio.

Auditorias

▼ Quatro
Foram quatro: 2005, feita pela Auditoria Geral do Estado (AGE); 2008, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); 2009, pelo Tribunal de Contas; e a mais recente, iniciada em 2013, pelo Tribunal de Contas.

Houve ainda um reequilíbrio financeiro em 2002.

Comissões ▼ Parlamentares

O contrato foi avaliado por duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), a mais famosa delas em 2004, que indiciou 12 pessoas por irregularidades; além de duas comissões Especiais de Inquérito (CEIs).

Passado ▼ Edital

O primeiro edital de licitação, de 1997, chegou a ser suspenso pelo Tribunal de Contas por irregularidades. Foi refeito em 1998 após aprovação da Lei de Concessões.

R\$ 49 milhões. Mas, se desse, teria que pagar R\$ 41 milhões à empresa.

“Diante de resultados tão diferentes, percebemos que algo estava errado. Qual metodologia tinha sido usada por eles e qual utilizamos?”, questionou Figueiredo. Ele destaca que as análises feitas pelo TC são respaldadas por lei. “A Arsi tem que se defender. Temos feito o mesmo que outras agências reguladoras, mas a diferença apontada por eles foi gritante e precisamos reavaliar”, disse.

Figueiredo faz questão de destacar que este novo estudo é diferente do que vem sendo realizado pelo Tribunal de Contas. “Eles estão fazendo uma auditoria, com análise até dos investimentos. Não sei quais

critérios usaram, o que queremos é definir os nossos critérios”, pontuou.

Na avaliação do diretor da Arsi, as análises que forem feitas com a nova metodologia poderão respaldar os resultados da auditoria do TC: “O que apuramos pode ratificar o que vier a ser apresentado por eles, ou pode ser diferente”.

O processo de contratação da empresa, iniciado em agosto, foi temporariamente suspenso na última terça. “Temos R\$ 400 mil, mas precisaríamos de mais recursos do governo”, disse Figueiredo, destacando as restrições orçamentárias da Arsi e do governo. Também foi considerado que faltam três meses para o término deste governo.

REPORTAGEM ESPECIAL

FIM DE AUDITORIA SERÁ EM NOVEMBRO

Relatório irá para Ministério Público de Contas e para o plenário do Tribunal de Contas

▄ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

A expectativa é de que na segunda quinzena de novembro o Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) conclua a auditoria que está sendo realizada no contrato assinado com a concessionária Rodosol. Mas há uma possibilidade de que os técnicos peçam uma prorrogação do prazo, o que adiaria a conclusão do trabalho para fevereiro do próximo ano.

De acordo com a assessoria do Tribunal, quando o relatório estiver pronto ele será encaminhado para emissão de parecer do Ministério Público de Contas. Logo depois seguirá para o relator do processo,

o conselheiro Carlos Rana. Caberá a ele a elaboração do voto, que será levado ao plenário da Casa, para julgamento. Um percurso que, independente de novos pedidos de adiamento, só será concluído em 2015.

PRÉVIA

Uma prévia do relatório foi apresentada em abril deste ano e apontou diversas irregularidades, incluindo a existência de um desequilíbrio financeiro no contrato no valor de R\$ 798,7 milhões, favorável à concessionária e desfavorável ao governo.

Com base nesse resultado o governador Renato Casagrande suspendeu a

cobrança do pedágio, cujo valor tinha sido reduzido pela justiça semanas antes de R\$ 1,90 para R\$ 0,80.

A realização da auditoria no contrato foi determinada pela juíza Heloisa Cariello, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, em 9 de julho do ano passado. Ela aceitou um pedido formulado em uma ação, pelo Ministério Público Estadual. Por determinação da juíza, a auditoria deveria ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Dias antes do próprio governo do Estado já tinha acenado com a necessidade de se fazer uma avaliação do contrato, que acabou sendo aceita pela Justiça.



A auditoria que está sendo feita pelo Tribunal de Contas possui dezenas de volumes

Advogado diz que consultorias são forma de governo se proteger

▄ A contratação pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) de consultorias para avaliação dos contratos de serviços de água e esgoto da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e do Sistema Rodovia do Sol, que envolve a Terceira Ponte e a Rodovia do Sol, operado pela Rodosol, servirá para dar respaldo a decisões administrativas do governo do Estado.

Os estudos – que visam a estabelecer ferramentas

de gestão para a definição de metodologias que estabeleçam o reequilíbrio econômico financeiro dos contratos – também serviriam de proteção para o governo diante de eventuais acusações relacionadas à prática de improbidade administrativa.

É essa a avaliação do advogado Caleb Salomão Pereira, mestre em Direito Constitucional e professor dessa disciplina na Faculdade de Direito de Vitória.

“Parece um ambiente de preparação”, diz ele, ressal-

tando o fato de a atual administração, do governador Renato Casagrande (PSB), estar a apenas dois meses do fim do seu mandato.

O advogado lembra que fim de mandato, tradicionalmente, é tempo de gestores protegerem-se com documentos e pareceres técnicos de gestão.

Sobre as consultorias, ele diz que indica a busca de um marco regulatório seguro para a tomada de decisão. “Mas não significa que será inquestionável”, argumenta. (Cláudia Feliz)

Protestos cobraram o fim do pedágio

▄ As discussões que antecederam a auditoria que está sendo realizada pelo Tribunal de Contas foram marcadas por vários protestos realizados em Vitória e Vila Velha. Nas ruas era cobrado o fim do pedágio e do contrato com a concessionária Rodosol.

A Assembleia Legislativa chegou a ser ocupada durante 12 dias por um grupo de manifestantes. Eles queriam a aprovação do projeto de decreto legislativo que aca-



Nos protestos, cabines da Rodosol foram destruídas

NESTOR MULLER - 19/07/2013

bava com o pedágio na Terceira Ponte, e que tramitava na Casa. A proposta não chegou a ser aceita por ir de encontro a uma liminar da Justiça que já tinha determinado a redução da tarifa na via de R\$ 1,90 para R\$ 0,80.

Quase todas as manifestações realizadas em 2013 passaram pela Praça do Pedágio da Terceira Ponte. Em algumas situações as cabines de cobrança da tarifa acabaram sendo destruídas.

Rodosol afirma desconhecer proposta

▄ A concessionária Rodosol – que administra a Terceira Ponte e os 67,5 quilômetros da rodovia –, informou ontem que não tinha conhecimento da nova proposta da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi).

A agência quer contratar uma consultoria para avaliar o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato assinado

com a empresa em 1998. Em decorrência disso, por intermédio de sua assessoria de imprensa, a concessionária decidiu não se manifestar sobre o assunto.

A equipe de transição do governador eleito, Paulo Hartung, que responderá pela administração nos próximos quatro anos, incluindo do contrato com a Rodosol, também não se manifestou.

REPORTAGEM ESPECIAL

CONSULTORIA DA CESAN FARÁ REVISÃO DA TARIFA

A previsão é de que o custo do trabalho seja de R\$ 3 milhões

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A consultoria que está sendo contratada para avaliar a concessão da Cesan permitirá que seja feito não só uma radiografia da situação da empresa nos 52 municípios onde atua, mas também um processo de revisão das tarifas cobradas do usuário. A previsão é de que o custo do trabalho seja de R\$ 3 milhões.

De acordo com o diretor da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), Luiz Paulo de Figueiredo, o trabalho será complexo. “A empresa terá que identificar o que existe, em cada

município”, disse, citando como exemplo o número de estações – de água ou saneamento –, até as tubulações que existem para levar o abastecimento e saneamento aos moradores.

Com base nestas informações será possível saber, por exemplo, qual o custo para se garantir o abastecimento e saneamento em cada cidade atendida pela Cesan. Com isto poderá haver mais clareza, na avaliação de Figueiredo, na hora de se fazer a revisão das tarifas. “Que é sempre uma fonte de reclamação”, pondera.

Outro ponto é que a Arsi possui apenas dois fiscais

para atuar nos 52 municípios. “Precisamos que alguém faça a fiscalização maior, e deixe para os nossos técnicos a auditoria, onde pegamos alguma coisa diferente”, explica Figueiredo.

Dentre as empresas que estão sendo consideradas para o trabalho estão: Sigla-Sul, Fucape, LMDM Consultoria, Fipe e Toucheto Tohmatsu. Os recursos para o contrato podem vir de um convênio que a Cesan se prepara para assinar com o Banco Mundial. “Em conversa com diretores do banco eles ficaram empolgados com a proposta e se dispuseram a financiar o projeto”, revelou Figueiredo.



DIVULGAÇÃO

Será feita a radiografia da situação da empresa nos municípios onde ela atua